

Boletim

Nº 2.071 - Ano 45 - 9 de setembro de 2019

UTOPIA ECOLÓGICA

Um resgate da história do Pensamento Econômico-Ecológico (PEE), cuja origem data do século 19, é feito pelo pesquisador Marco Paulo Vianna Franco em sua tese de doutorado defendida na Face. Análoga ao princípio da sustentabilidade, essa corrente se baseia nas ciências naturais, especialmente na ecologia, para explicar o limite físico imposto à exploração dos recursos naturais.

Página 6

Marcelo Lustosa | Criação Cedecom



Cientista político
português discute
fundamentos da
justiça de transição

Páginas 4 e 5

O **FUTURE-SE** aponta para o **FUTURO**?

Ado Jorio*

A construção de um ecossistema de inovação é lenta. O MARK I, primeiro computador da IBM, foi feito em 1937; os aparelhos de ressonância magnética que estão hoje nos hospitais são fruto do trabalho de Otto Stern, Nobel de Física, em 1943. Esses dois exemplos me servem para dizer que, num tempo em que esses aparelhos já estavam em funcionamento, o campus da UFMG na Pampulha nem existia. Constituía, em 1946, “um grupo de pessoas reunidas no meio do nada”, como descreve nossa colega Heloísa Starling, em seu livro *Campus UFMG*.

Não ressalto essa diferença entre o Brasil e o mundo para dizer que precisamos de tempo. É pelo motivo oposto. De 1993 a 2014, o número de instituições de pesquisa no Brasil saltou de 99 para 492; o de grupos de pesquisa, de quatro mil para 35 mil; e o de doutores, de 11 mil para 116 mil. O Brasil, que, na década de 1950, tinha uma produção científica irrelevante, virou o século 20 respondendo por 2,7% da produção científica mundial (dados de 2010). Esse valor merece destaque por ser equivalente à nossa participação na população do planeta e impressiona porque o número de pesquisadores per capita no Brasil chega a ser 10 vezes menor do que na Europa e nos Estados Unidos.

Mas a balança comercial brasileira ainda é positiva em itens de baixa intensidade tecnológica, como a extração de minério e a agropecuária, e negativa em relação aos produtos de transformação de média e alta densidade tecnológica. Em razão disso, a universidade está sendo cobrada hoje.

Apesar de aceitarmos como nossa a corresponsabilidade de desenvolver o país, a UFMG e outras instituições têm-se posicionado contra a proposta do *Future-se* por duas razões: primeiro, porque o programa aborda a gestão de forma lacunosa, ao permitir a diluição da autonomia das universidades. Isso parece centralizador, autoritário e até contraditório ao discurso de um governo dito liberal – não ajuda o fato de a proposta

ser apresentada em um momento de grave contingenciamento, dando espaço ao questionamento sobre o real direito de escolha da instituição. Segundo, porque os pontos verdadeiramente relevantes do *Future-se*, relacionados ao incentivo ao empreendedorismo, à inovação, à internacionalização, já são parte dos nossos esforços passados e presentes.

O Marco Legal de CT&I de 2016, que altera nove leis para fomentar a inovação no Brasil, foi construído com o auxílio da UFMG. Esta, por sua vez, exercendo sua autonomia, estabeleceu sua política de inovação para ampliar sua contribuição para o avanço do sistema nacional de inovação, normatizando, por exemplo, a participação de professores em *spin offs* acadêmicas, o compartilhamento de sua infraestrutura laboratorial com empresas e a formação de alianças estratégicas para uso desses espaços. A Instituição também já iniciou uma discussão sobre a criação de identidade jurídica própria ao órgão responsável pela gestão da inovação na UFMG. A criação de uma OS (Organização Social) para abrigar esse órgão tem sido estudada como alternativa entre outras configurações jurídicas permitidas pelo marco legal. Além disso, a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) criou um fundo de capital para financiar *startups* universitárias.

A UFMG sediou, nas últimas décadas, diversos Institutos de Ciência e Tecnologia (INCTs). Alguns deles deram origem a empresas, e outros centros de tecnologia foram instalados no Parque Tecnológico de Belo Horizonte, localizado em um terreno da UFMG. Também graças à presença da UFMG, Belo Horizonte e sua região metropolitana são hoje um polo de biotecnologia, com um parque tecnológico conhecido como Biotech Town, instalado próximo à Fundação Dom Cabral, uma das maiores escolas de negócios do mundo.

A UFMG e o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN) coordenam projeto de uma planta-piloto para a produ-

ção de grafeno com base no grafite, agregando valor a um minério que é exportado em forma bruta, retirado da região de Pedra Azul, que não fica em áreas de proteção ambiental.

O Brasil criou a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), e a UFMG abriga uma unidade da empresa que desenvolve um equipamento, único no mundo, para nanotecnologia. São diversos os exemplos de parcerias para desenvolvimento e transferência de tecnologias, empreendedorismo e inovação na UFMG. A Universidade tem mais de mil pedidos de patentes no Brasil e já celebrou mais de 100 contratos de licenciamento de tecnologias com empresas, gerando novos produtos, processos e serviços. Importante frisar que, nos últimos 10 anos, realizou 10 vezes mais transferências de tecnologia do que em toda sua história pregressa.

Tudo isso vem sendo construído e concretizado com a maior celeridade possível à luz das novas leis – em alguns casos até se antecipando a elas – que possibilitam ao país transformar produção científica em desenvolvimento tecnológico, de forma institucionalizada e intensa, graças à autonomia universitária.

Os cientistas das áreas tecnológicas se sentem hoje como agricultores que prepararam a terra, fizeram o plantio, cuidaram da plantação e, estando agora os campos verdes, o novo senhor da terra diz que o investimento foi em vão e que não haverá colheita.

Nós, professores e cientistas brasileiros, que somos classificados em tempo real por organismos internacionais, cuja excelência pode ser verificada a qualquer momento na internet, gostaríamos de transmitir um pedido à atual Administração do país: tenham mais confiança na nossa ciência, nas nossas instituições e no povo brasileiro.

*Professor titular do Departamento de Física do ICEx

Esta página é reservada a manifestações da comunidade universitária, por meio de artigos ou cartas. Para ser publicado, o texto deverá versar sobre assunto que envolva a Universidade e a comunidade, mas de enfoque não particularizado. Deverá ter de 5.000 a 5.500 caracteres (com espaços) e indicar o nome completo do autor, telefone ou correio eletrônico de contato. A publicação de réplicas ou tréplicas ficará a critério da redação. São de responsabilidade exclusiva de seus autores as opiniões expressas nos textos. Na falta destes, o BOLETIM encomenda textos ou reproduz artigos que possam estimular o debate sobre a universidade e a educação brasileira.

Em **HONRA** do **PIONEIRO**

Em sua quinta edição, Medalha Mendes Pimentel vai homenagear dez personalidades que contribuíram para o desenvolvimento da UFMG

Seis ex-reitores – Jaime Arturo Ramírez, Clélio Campolina Diniz, Ronaldo Tadeu Pena, Ana Lúcia Gazzola, Francisco César de Sá Barreto e Tomaz Aroldo da Mota Santos – receberão, nesta segunda-feira, dia 9, a medalha Mendes Pimentel, concedida a instituições, personalidades ou servidores que se destacaram pela relevância de sua contribuição à UFMG. A medalha também será entregue aos professores José Israel Vargas e Roberto Assis Ferreira. Os professores Henrique Cláudio de Lima Vaz (padre Vaz) e Jorge Brovetto Cruz receberão homenagem póstuma.

A medalha foi instituída pela Portaria 017, de 28 de março de 2007, alterada pela Portaria 082, de 7 de maio de 2014. Foi entregue pela última vez em 2017, durante as comemorações dos 90 anos da UFMG. A comenda tem o nome do professor Francisco Mendes Pimentel, primeiro reitor da Universidade.

A cerimônia será realizada no auditório da Reitoria, a partir das 19h, em sessão pública dos conselhos Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe). Leia a seguir um breve currículo de cada homenageado.

Jaime Arturo Ramírez (reitor da UFMG de 2014 a 2018)

Graduado e mestre em Engenharia Elétrica pela UFMG e doutor pelo Imperial College London, onde conquistou o prêmio de *Outstanding Research* do Electrical & Electronic Engineering Department. Foi pró-reitor de Pós-graduação de 2003 a 2008 e coordenou projetos de cooperação científica com Canadá, França e Japão.

Clélio Campolina (reitor da UFMG de 2010 a 2014)

Graduado em Engenharia Mecânica e Engenharia de Operação pela PUC Minas, mestre e doutor em Ciência Econômica pela Unicamp, com pós-doutorado na University Of Rutgers, nos EUA. Foi diretor do Cedeplar, da Face e do Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-Tec). De março a dezembro de 2014, foi ministro da Ciência e Tecnologia.

Ronaldo Tadeu Pena (reitor da UFMG de 2006 a 2010)

Graduado em Engenharia Elétrica pela UFMG, mestre em Engenharia Biomédica pela UFRJ e doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade do Texas, em Austin. Foi pró-reitor de Planejamento e diretor da Escola de Engenharia e do Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-Tec).

Ana Lúcia Gazzola (reitora da UFMG de 2002 a 2006)

Graduada em Letras pela UFMG, mestre em literaturas luso-brasileira e hispano-americana pela University of North Carolina at Chapel Hill (EUA) e doutora em literatura comparada pela mesma instituição. Foi secretária de Desenvolvimento Social (2010) e de Educação (2011-2014) de Minas Gerais e diretora do Instituto Internacional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe (Iesalc), ligado à Unesco.

Francisco César de Sá Barreto (reitor da UFMG de 1998 a 2002)

Bacharel em Física pela UFMG e mestre e doutor em Física pela Universidade de Pittsburgh (EUA). Foi pró-reitor de Pesquisa (1991-1994) e secretário de Educação Superior do MEC (2002). Atuou na Sociedade Brasileira de Física (SBF), na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e em agências de fomento.

Tomaz Aroldo da Mota Santos (reitor da UFMG de 1994 a 1998)

Graduado em Farmácia-Bioquímica e doutor em Bioquímica e Imunologia pela UFMG, com pós-doutorado em Imunologia no Institut Pasteur, na França. Foi pró-reitor de Extensão (1984-1986), diretor do ICB por dois mandatos e reitor *pro-tempore* da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) de 2015 a 2016.

José Israel Vargas

Bacharel e licenciado em Química pela UFMG e doutor em Química Nuclear pela Universidade de Cambridge, Inglaterra. Iniciou sua carreira docente em 1948 como professor de Física da Faculdade de Filosofia da então UMG. Exerceu inúmeros cargos de administração pública, com atuação essencial na implantação de políticas nas áreas de ciência, energia, planejamento energético e modelagem da difusão de tecnologia. Foi ministro interino de Minas e Energia e ministro de Ciência e Tecnologia.

Roberto Assis Ferreira

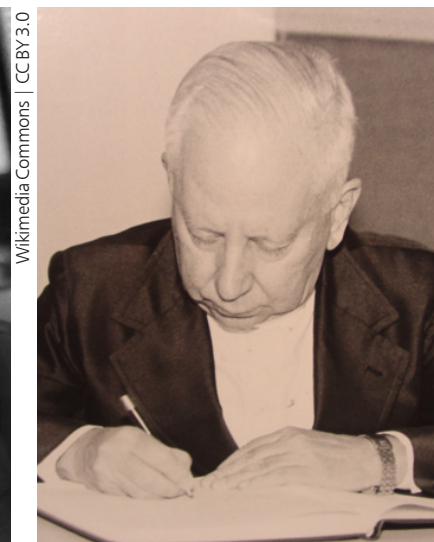
Graduado em Medicina (1965) e doutor em Ciências da Saúde (2000) pela UFMG. É um dos fundadores do Núcleo de Investigação em Anorexia e Bulimia do Hospital das Clínicas (Niab) e orientador pleno do Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde – Saúde da Criança e do Adolescente, da Faculdade de Medicina.

Padre Vaz (homenagem póstuma)

Foi professor da UFMG de 1964 a 1986. Doutor em Filosofia pela Universidade Gregoriana, com a tese *De dialectica et contemplatione in Platonis dialogis*, que versou sobre a dialética e a intuição nos diálogos platônicos da maturidade. Em seus últimos trabalhos, analisou a realidade sociocultural contemporânea e a crise da modernidade. Morreu em Belo Horizonte, em 2002.

Jorge Brovetto Cruz (homenagem póstuma)

Reitor por dois mandatos da Universidad de la República do Uruguai, presidente da União das Universidades da América Latina (Udual) e fundador e secretário-executivo da Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM). Fora da vida acadêmica, presidiu a Frente Ampla, coalização de partidos de esquerda que tem governado o Uruguai nos últimos anos, e foi ministro da Educação. Morreu em junho deste ano.



Jorge Brovetto Cruz e Padre Vaz: homenagem póstuma

'TRANSIÇÕES democráticas tendem a manter os PRIVILÉGIOS das elites'

Convidado do programa Cátedras Fundep/IEAT, professor da Universidade de Lisboa fala sobre modelos de justiça de transição e os legados dos regimes autoritários do século 20

Ewerton Martins Ribeiro

Nesta semana o senhor ministra conferência na UFMG sobre *Os legados das transições democráticas*. O que significa justiça transicional e legados autoritários? A expressão “justiça de transição” diz respeito a qualquer transição entre regimes políticos ou se refere especificamente à transição de um regime autoritário para um regime democrático?

Costa Pinto - A investigação sobre mudanças de regime, e particularmente sobre transições para a democracia, tem usado, cada vez mais, o conceito de legados autoritários. Embora seja muito difícil medir o impacto de um legado, e poucos académicos utilizem definições explícitas do que constitui um “legado”, alguns enfatizam as características institucionais e estruturais, enquanto outros sublinham os padrões comportamentais. O cientista político Grigore Pop-Eleches definiu legados “como os pontos de partida estruturais, culturais e institucionais de uma ditadura ex-comunista (ou – pode-se acrescentar – qualquer ditadura) no princípio de uma transição”. Um problema importante aqui é como destrinçar legados específicos dos regimes autoritários anteriores de legados históricos *tout court*, uma vez que o que se encontra no armário quando as transições abrem as portas das ditaduras é muito mais do que autoritarismo. Num esforço pioneiro para compreender as ligações entre legados autoritários de direita e a qualidade da democracia consolidada, [as cientistas políticas] Paola Cesarini e Katherine Hite os definem como “todos os padrões comportamentais, regras, relações, situações sociais e políticas, normas, procedimentos e instituições quer introduzidos quer claramente reforçados pelo regime autoritário imediatamente anterior” que sobrevivem à mudança de regime, argumentando que as três variáveis-chave são a estabilidade do regime autoritário anterior, a inovação institucional desse regime e o modo de transição. Em outras palavras, quanto mais estável e institucionalmente inovador [é] o regime autoritário, maior a

potencial influência de legados autoritários; quanto mais privilegiados [são] os responsáveis autoritários no modo de transição do poder autoritário, maior a potencial influência de legados autoritários.

E onde entra a justiça de transição nesse processo?

Costa Pinto - A justiça de transição envolve uma série de medidas tomadas durante o processo de democratização, as quais vão para além da mera criminalização da elite autoritária e dos seus colaboradores e agentes repressivos e implicam igualmente uma grande diversidade de esforços extrajudiciais para erradicar o legado do poder repressivo anterior, tais como investigações históricas oficiais sobre a repressão dos regimes autoritários, saneamentos, reparações, dissolução de instituições, [instauração de] comissões da verdade, entre outras medidas. Nos últimos anos, tanto no mundo das ciências sociais como nos *think tanks* dos profissionais da reconciliação, o con-

Espanha e Brasil constituíram exemplos de casos em que seções da direita, que tinham estado associadas, respectivamente, ao franquismo e à ditadura brasileira, controlaram em grande parte o ritmo da transição política

ceito perdeu parte do seu rigor e adquiriu certa elasticidade, ao ponto de se associar a todas e a cada uma das decisões – sejam elas punitivas, de reconciliação ou ambas as coisas, respeitantes ao passado autoritário e/ou injustiças passadas – que uma democracia ou instituição internacional procura impor.



Mural atribuído a Banksy, em Lisboa, alusivo à Revolução dos Cravos de 1974

Contudo, como conjunto de atitudes e decisões relativas ao passado autoritário, a justiça de transição é, ao mesmo tempo, uma consequência e uma parte de um processo de mudança de regime. Assim, a bem da clareza conceitual, deveríamos ligar justiça de transição com democratização; deveríamos situá-la exclusivamente em processos de transições democráticas, como sublinhou [a jurista] Ruti G. Teitel. A justiça de transição é componente de um processo de mudança de regime, cujas diferentes facetas são parte desse processo incerto e excepcional que tem lugar entre a dissolução do autoritarismo e a institucionalização da democracia. Considero a justiça de transição como ponto de partida de uma “política do passado” mais ampla, inerente às democracias liberais: um processo em desenvolvimento, no âmbito do qual as elites e a sociedade reveem, negociam e por vezes se desentendem relativamente ao significado do passado autoritário e das injustiças passadas, em termos daquilo que esperam alcançar na qualidade presente e futura das suas democracias.

Que medidas um processo de justiça transicional precisaria contemplar para que pudesse ser considerado satisfatório, tendo em vista o interesse de um país em se estruturar em uma democracia funcional?

Costa Pinto - O controle das elites sobre a determinação do tempo de transição e a grande continuidade de elites políticas

ao longo do processo de transição levam transições “por transação”, ou transições “contínuas”, a evitar, em geral, a punição ou saneamento das elites autoritárias. Isso constitui, no entanto, apenas uma faceta, uma vez que, a par de transições simplesmente “impostas” por elites governantes, as transições “pactuadas”, desde 1974, ultrapassaram em número as formas historicamente mais comuns de transição democrática. Mas os tipos de “justiça de transição” foram muito variados. Em trabalhos anteriores, abordei os criminais, históricos, reparadores, administrativos, institucionais e até uma modalidade mais rara, a redistributiva, que implica nacionalização e expropriações de elites econômicas e sociais colaboracionistas com as ditaduras. O que vale a pena destacar é um problema que tanto as transições pactuadas quanto as impostas partilham: ambas têm a tendência de manter inalterados “privilégios existentes” em vários domínios.

Quais as principais diferenças dos processos transicionais experimentados por Brasil e Portugal?

Costa Pinto - Portugal e Brasil foram dois casos do tipo oposto de democratização, mas os processos de transição democrática nos proporcionam, desde 1945, uma vasta panóplia de exemplos de punição de elites autoritárias. A criminalização e dissolução dos partidos e a suspensão temporária dos direitos políticos [dos representantes do antigo regime], como nas democracias que foram estabelecidas depois da Segunda Guerra Mundial, ou em Portugal em 1974, poderiam ser um dos polos no espectro de punição. Espanha e Brasil ficaram no lado oposto, constituindo exemplos de casos em que seções da direita, que tinham estado associadas, respectivamente, ao franquismo e à ditadura brasileira, controlaram em grande parte o ritmo da transição política, e a elite – que estava associada com o regime anterior – manteve um nível elevado de poder dentro do regime democrático subsequente, nomeadamente em novos partidos de direita. No caso do Brasil, por exemplo, quase metade da classe política pós-transição tinha apoiado o regime militar durante 20 anos. A situação era semelhante a algumas das transições democráticas que ocorreram na Europa Central e do Leste, onde setores muito significativos da elite, e até dos partidos comunistas no poder, sobreviveram – em alguns casos, não abdicando das suas convicções; em outros, transformando-se em sociais-democratas moderados. Isso surpreendeu muitos observadores contemporâneos, apesar de já existir o exemplo da queda das ditaduras de direita nos anos 1970 e 1980 para demonstrar a que ponto essas elites conseguem adaptar-se com êxito a uma nova democracia.

Como se deu a transição portuguesa?

Costa Pinto - No caso português, que foi um processo de democratização por ruptura e crise do Estado, com características pré-revolucionárias, algo muito raro na terceira onda de democratizações, o processo de justiça de transição afetou as instituições, a elite, os funcionários públicos e até o setor privado. A democratização portuguesa caracterizou-se por uma forte ruptura com o passado, facilitada pela crise de Estado e pela radicalização política, enquanto a nova elite política e a sociedade civil pressionavam para a punição e responsabilização. A maior parte das medidas punitivas contra os colaboradores mais visíveis e conhecidos foi tomada antes do estabelecimento das instituições democráticas recém-legitimadas, e o poder judicial teve um papel menor. Isso incluiu a criminalização do aparelho repressivo, sobretudo a polícia política, uma forte denúncia pública da ditadura, depurações legais, a dissolução de instituições, depurações “selvagens” e a demissão de administradores de empresas privadas, uma ação simbólica e efetiva. Uma forte onda anticapitalista marcou a transição portuguesa.

Considero a justiça de transição como ponto de partida de uma “política do passado” mais ampla, inerente às democracias liberais: um processo em desenvolvimento, no âmbito do qual as elites e a sociedade reveem, negociam e por vezes se desentendem relativamente ao significado do passado autoritário

É possível estabelecer uma relação diretamente proporcional entre a justiça de transição que os países implementaram e a qualidade das democracias que experimentam no presente?

Costa Pinto - Uma das hipóteses – muitas vezes mais afirmada que demonstrada – que inicialmente dominou a literatura sobre democratização é a de que a sobrevivência e a reconversão de importantes segmentos das elites autoritárias e a impunidade daqueles que no regime anterior estavam mais ativamente envolvidos na repressão tiveram um impacto pesado na qualidade das democracias pós-autoritárias. [O *cientista político*] Philippe C. Schmitter afirmou que “é difícil imaginar como uma sociedade pode regressar até um nível de funcionamen-

to que daria apoio social ideológico para a democracia política sem, de certo modo, enfrentar os elementos mais penosos do seu próprio passado”.

O que representa, para uma nova democracia, herdar do regime autoritário anterior uma parte significativa da sua classe política?

Costa Pinto - A continuação de parcelas significativas da elite política e da administração pública autoritárias no novo regime pode ter importantes repercussões numa nova democracia, que fica provida de uma elite cuja lealdade ao novo regime democrático é duvidosa, o que leva, por sua vez, a uma falta de confiança nas novas instituições. Isso também mina o apoio social ao novo regime, tendo como resultado um sentimento geral de desconfiança relativamente às elites políticas, às instituições e ao Estado como um todo, por serem identificados com o autoritarismo e a repressão anteriores. Outra dimensão, muitas vezes subestimada na investigação, é a da construção, pelas novas democracias, de uma memória coletiva dominante da ruptura com o passado. Como observa [a *cientista política*] Alexandra Barahona de Brito, ao se estabelecer uma ruptura moral e política com um passado não democrático e repressivo – cuja marca essencial é mudar os limites e padrões de inclusão e exclusão social e política –, a voz das vítimas é legitimada, a repressão é condenada, os democratas tornam-se os novos vencedores, e os antigos opressores, párias. A legitimação democrática leva tempo, e essa “legitimação invertida” pode ajudar a estabelecer uma quebra clara com o passado, como salientou o [*cientista político*] latinoamericanista Arturo Valenzuela.



Arquivo Pessoal

António Costa Pinto: continuação das elites autoritárias gera desconfiança nas instituições

O PLANETA tem LIMITES

Tese da Face revisita a história do Pensamento Econômico-Ecológico, cujo princípio se baseia na finitude dos recursos naturais e na necessidade de melhor distribuí-los

Teresa Sanches

Pensamento Econômico-Ecológico (PEE) não é um termo comum na literatura científica, mas, desde sua origem, no século 19, apresenta-se como argumento em favor de uma mudança sistêmica, que se faz necessária e urgente no enfrentamento dos desafios sociais e ambientais da atualidade. O resgate histórico e filosófico desse pensamento, regido pelo princípio do respeito aos limites biofísicos do planeta, é tratado na tese do pesquisador Marco Paulo Vianna Franco, defendida na Faculdade de Ciências Econômicas (Face).

Segundo Marco Franco, que elegeu como foco de sua pesquisa o pensamento russo e o conceito de utopismo ecológico, os primeiros 50 anos do desenvolvimento do PEE, entre 1880 e 1930, já revelavam seu fundamento na energética social, combinando diferentes valores, métodos e ideias em uma crítica ecológica à economia convencional. Análogo ao princípio da sustentabilidade, o PEE se baseia nas ciências naturais, especialmente na ecologia, para explicar o limite imposto à exploração humana dos recursos naturais, associando-se também à questão do aprovisionamento social, dadas às suas implicações para a gestão e distribuição desses recursos.

“Com base na consciência de que o planeta é finito em termos biofísicos, a análise de fluxos e estoques de energia e matéria subsidia a ideia de que os recursos deveriam ser mais bem distribuídos, tendo em vista a satisfação de necessidades humanas básicas, além da preservação desses recursos para suprir carências das gerações futuras”, afirma Marco Franco. Entretanto, o próprio fio da história revela o quanto essa ideia está à margem da economia convencional e da própria literatura científica – ela foi registrada de forma mais abrangente em uma única publicação, de 1987, já esgotada e sem reedição, do economista ecológico espanhol Joan Martinez-Alier.

Suficiência

Na década de 1880, surgiram os primeiros estudos relacionados ao PEE, que consideravam os processos econômicos com base nos preceitos da energética social. A análise se referia, por exemplo, ao aproveitamento, pelo produtor agrícola, da energia de biomassa (energia solar absorvida pelas plantas) e aos custos energéticos de seu próprio trabalho, do trabalho animal ou de máquinas. “Era uma análise que buscava explicar o funcionamento econômico da agricultura com base no aproveitamento desses fluxos energéticos. Mas, nesse caso, devido ao caráter finito dos processos, a ideia de eficiência foi combinada ao conceito de suficiência, ou seja, da satisfação de necessidades humanas básicas. Em oposição à concepção defendida pela economia convencional, a atenção se volta, cada vez mais, para a escala, por entender-se que, por mais que sejamos eficientes, em algum momento esbarraremos nos limites impostos pela natureza. Avanços tecnológicos poderiam estender esses limites, porém há um alto grau de incerteza quanto ao seu sucesso”, pondera Marco Franco.

Essas ideias ganharam espaço principalmente em países de língua alemã e russa. Com a consolidação e difusão das leis da termodinâmica para as ciências sociais, grupos de três correntes teóricas dentro do PEE distinguiram-se no fim do

século 19: *socialdarwinistas*, tecnocratas e utopistas ecológicos. Os primeiros apregoavam que “aqueles que melhor se apropriassem desse fluxo energético é que deveriam sobreviver”; o segundo grupo se fiava no progresso técnico como panaceia para os problemas sociais; os últimos conjugavam os limites impostos pela realidade biofísica com o princípio moral da distribuição equitativa dos recursos naturais.

Na década de 1920, por exemplo, ecólogos soviéticos já tratavam de sistemas complexos de organismos vivos e sua relação com os ecossistemas, propondo um planejamento econômico que respeitasse os limites da natureza. “É certo que nada disso foi implementado, pois logo foram silenciados pelo regime de Stálin. Mas, antes disso, por um breve período, conseguiram apoio político e criaram grandes reservas naturais, onde poderiam realizar suas pesquisas e estabelecer os limites para a oferta de recursos naturais”, acrescenta.

O pesquisador também examinou o populismo russo ou “narodnismo”, composto de “revolucionários que queriam depor o czar e defender a comuna camponesa como instituição tradicional, mas em total harmonia com a natureza”. Essa utopia ecológica, tratada com base na obra do pensador Nikolai Chernyshevskii, que ganhou destaque na tese de Marco Franco, considera que o progresso tecnológico deve ser complementar à reforma social, à emancipação humana e a ideais sociais igualitários.

Herdeiro dessas ideias no século 21, o “neonardnismo ecológico” faz a junção entre a economia política e a ecologia política, remetendo a movimentos de base em favor de uma mudança sistêmica ancorada na justiça ambiental. Esses movimentos hoje encontram eco em organizações camponesas espalhadas pelo mundo.

Tese: *Ensaio sobre História e Filosofia do Pensamento Econômico-Ecológico*

Autor: Marco Paulo Vianna Franco

Defesa: abril de 2019

Orientador: Hugo Eduardo Araujo da Gama Cerqueira

Co-orientador: João Antonio de Paula



Marco Franco: junção da economia com a ecologia

DESASTRES E DESENVOLVIMENTO

A relação entre o modelo econômico brasileiro e grandes desastres, como os de Mariana e Brumadinho, será debatida em palestra na quinta-feira, 12 de setembro, às 19h, no auditório 1 da Face, campus Pampulha. O encontro será conduzido pelo sociólogo, economista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Carlos Bernardo Vainer.



Carlos Vainer é professor da UFRJ

Vainer é referência em estudos que correlacionam a economia e a ocorrência de grandes desastres. Ele integra o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ e lidera o Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN), onde dirige a Rede de Observatório de Conflitos Urbanos.

O evento, aberto ao público externo, é uma iniciativa do programa Participa UFMG. As inscrições podem ser feitas até 11 de setembro, por formulário eletrônico (<https://aplicativos.ufmg.br/conhecimento/atividades/userlogin/login>).

SARAMPO

Até a próxima sexta, 13 de setembro, a comunidade do campus Pampulha terá à disposição postos de vacinação contra o sarampo. A cada dia, uma unidade recebe equipe de vacinação, das 9h às 12h e das 13h às 17h. No posto do Departamento de Atenção à Saúde do Trabalhador (Dast), a vacina é aplicada todos os dias, das 18h às 21h (no dia 13, também nos horários diurnos).

O sarampo é evitável pela vacina tríplice viral. A campanha, promovida pela Secretaria de Saúde de Belo Horizonte, UFMG e Casu, visa ampliar a cobertura vacinal entre pessoas de 15 a 49 anos. É necessário levar cartão de vacina, se houver, e documento de identidade.

9/9: Escola de Belas Artes e Dast | **10/9:** Fafich e Dast | **11/9:** Faculdade de Educação e Dast | **12/9:** Escola de Veterinária e Dast | **13/9:** Dast

ESCALA DOCENTE

Estão abertas as inscrições para a Chamada do Programa Escala Docente 2019-2020 da Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM). A iniciativa é destinada à mobilidade de professores das instituições participantes do Grupo.

Podem se candidatar servidores docentes efetivos da UFMG com interesse em mobilidade nos âmbitos do ensino, da pesquisa, da extensão ou da gestão universitária. Há 10 vagas em instituições como as universidades de Buenos Aires, na Argentina, e La República, no Chile. A UFMG custeará as passagens dos professores selecionados se houver disponibilidade orçamentária. As universidades de destino são responsáveis pelo alojamento e despesas de manutenção.

As inscrições devem ser feitas até 2 de outubro. A chamada pode ser acessada no site da DRI (<https://bit.ly/2UxjJq>).

QUESTIONÁRIO DO ENADE

Composto de questões sobre o perfil socioeconômico e acadêmico dos participantes do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) de 2019, o Questionário do Estudante já pode ser preenchido pelos inscritos. As questões referentes à organização didático-pedagógica, à infraestrutura e a oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional do concluinte têm forte influência (15%) no Conceito Preliminar de Curso (CPC).

“É muito importante valorizar os aspectos positivos da formação. O resultado alcançado no Enade atesta ao país e ao mercado de trabalho a qualidade do curso, da universidade e do diploma”, afirma a professora Viviane Birchall, diretora de Avaliação Institucional, em comunicado aos inscritos.

Para preencher o questionário, o estudante deve acessar o endereço <http://enade.inep.gov.br/enade/#1/index>. Todas as questões devem ser respondidas.

RESOLUÇÃO Nº 03/2019, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

Aprova a criação do Curso de Pós-graduação em Promoção de Saúde, em nível de Doutorado, de interesse da Faculdade de Medicina.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, considerando a decisão de 11 de junho de 2019 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Parecer nº 08/2019 da Comissão de Legislação, resolve:

Art. 1º Aprovar a criação do curso de pós-graduação em Promoção de Saúde, em nível de Doutorado, de interesse da Faculdade de Medicina, conforme o Processo nº 23072.019995/2018-71.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Professora Sandra Regina Goulart Almeida
Presidente do Conselho Universitário

RESOLUÇÃO COMPLEMENTAR Nº 03/2019, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

Aprova a criação do Departamento de Gestão em Saúde (GES), a partir do desmembramento do Departamento de Enfermagem Aplicada (ENA), da Escola de Enfermagem da UFMG.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, considerando a decisão de 9 de abril de 2019 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Parecer nº 10/2019 da Comissão de Legislação, resolve:

Art. 1º Aprovar a criação do Departamento de Gestão em Saúde (GES), a partir do desmembramento do Departamento de Enfermagem Aplicada (ENA), da Escola de Enfermagem, conforme o Processo nº 23072.056504/2017-92.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim Informativo da UFMG.

Professora Sandra Regina Goulart Almeida
Presidente do Conselho Universitário

SENTIDOS do PRESENTE

Verbetes reunidos em “Indicionário” da Editora UFMG ajudam a pensar questões contemporâneas nos campos da literatura e das artes

Ewerton Martins Ribeiro

Conforme preconizam os dicionários de semiótica, um índice é um signo que se caracteriza por uma relação de “contiguidade natural”: fala-se de índices quando o que desperta a atenção dá a conhecer outra coisa com a qual mantém uma relação indicativa – o latido de um cão, por exemplo, indica a presença ou a existência do animal.

Recentemente, a Editora UFMG lançou um livro que reúne um conjunto de ensaios – ou, nas palavras dos organizadores, um conjunto de “verbetes indiciais” – sobre o contemporâneo: organizada como um glossário robusto, a obra traz “conceitos que incidem de modo decisivo sobre o pensamento das artes e literatura atuais” e formam o imaginário público contemporâneo relativo aos seus campos.

Indicionário do contemporâneo é resultado da empreitada de 14 pesquisadores brasileiros e estrangeiros que se propuseram a escrever e editar um livro inteiro em colaboração: todos os seis verbetes reunidos na obra – “arquivo”, “comunidade”, “endereçamento”, “o contemporâneo”, “pós-autonomia” e “práticas inespecíficas” – foram produzidos coletivamente, em um processo que durou quatro anos. “Este Indicionário supõe, antes que nada, insubordinação, insatisfação, inquietação, independência... Mas supõe, sobretudo, um infinito e infinitivo desejo de ler, falar, ver, fazer e viver junto, de parte de um in-certo grupo: um desejo de convívio e de comunidade enquanto amizade, conversa e conflito em distintas paisagens americanas”, escrevem os organizadores.

Verbetes indiciais

Em razão de seu discurso direto e didático, os verbetes funcionam como introduções fundamentadas e não extensivas aos conceitos de que tratam, tendo por recorte a sua relação com os campos da literatura, das artes e da estética. A própria ideia substantiva de “contemporâneo” – “uma dobra reflexiva sobre o

presente, um modo crítico de lidar com o nosso tempo” – é um dos verbetes trazidos pelo volume: nele, faz-se uma reflexão sobre as “práticas e noções artísticas e críticas marcadas pela heterogeneidade, expansividade, inespecificidade” próprias do nosso tempo.

Em relação ao conceito de “comunidade”, os autores partem dos “problemas causados pelos nacionalismos do século XX” para estimular reflexão sobre as formas de sociabilidade próprias do contemporâneo que problematizam as “noções de sujeito e indivíduo, nação e povo” e têm-se estabelecido “de modo coletivo, horizontal, sem passar pelas instituições tradicionais (partidos, sindicatos etc.)”, “sem planos programáticos”. Já a noção de “arquivo” é caracterizada face ao diálogo que se estabelece entre a ideia de público e

privado, num jogo que “se situa entre a ‘casa’ e o ‘museu’, entre o nome íntimo e o nome público”, um jogo que “não se define tanto por aquilo que guarda, mas pela relação que um sujeito mantém com esses objetos, imagens, palavras”.

Ao tratarem do conceito de “endereçamento”, os autores o abordam relativamente aos campos da poesia, da arte, da política e da filosofia, tomando-o como chave para pensar, entre outras coisas, a “questão do relacional e do comunitário” e os “modos de

viver juntos” nos dias de hoje. Em “práticas inespecíficas”, abordam a instabilidade crescente vivida pelas práticas estéticas latino-americanas contemporâneas, contexto em que as fronteiras entre as diferentes disciplinas artísticas parecem se dissipar.

Pós-autonomia é uma noção difusa e experimental que diz respeito ao regime de leitura instaurado na contemporaneidade e a um conjunto de narrativas típicas do nosso tempo. Elas transitam entre diferentes gêneros e se posicionam tanto dentro quanto fora do que tradicionalmente se considera literatura e ficção.

Indicionário do contemporâneo ainda traz um posfácio de Raúl Antelo, professor de literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sobre o “espaçotempo”, conceito definido pelo filósofo Robert DiSalle como “contínuo tetradimensional que combina as três dimensões do espaço com o tempo para representar geometricamente o movimento”. Em seu texto, Antelo discute a teoria da autonomia no campo da estética e retoma a definição de DiSalle para pensar a arte e a literatura à luz desse conceito.



Exemplares da obra na Livraria UFMG, na Praça de Serviços

Livro: *Indicionário do contemporâneo*
Organização: Celia Pedrosa, Diana Klinger, Jorge Wolff e Mario Cámara
Edição: Editora UFMG
263 páginas / R\$ 47